

Artigo

A geografia das fronteiras no município de Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo e os reflexos da negligência da gestão territorial do Estado em Rondônia

Amanda Michalski

Luciana Riça Mourão Borges

71

Resumo

O município de Porto Velho, localizado ao norte do estado de Rondônia, situado na Amazônia meridional, apresenta modificações espaciais que nos permitem compreender a dinâmica do espaço agrário rondoniense por meio da expansão da fronteira agrícola que avança em busca de novas áreas para a ampliação da atividade da pecuária e, posteriormente, da monocultura da soja e demais grãos que fazem parte das *commodities* comercializadas pelo estado. Entre os anos de 1999 e 2018, União Bandeirantes e Rio Pardo expressam formas de ocupação, impactos ambientais, territoriais e sociais similares que fazem parte do processo de expansão da fronteira agrícola. Os reflexos desses impactos estão no aumento do desmatamento e da degradação ambiental que propiciou/propicia pressões, tensionamentos e conflitos nas Áreas Protegidas: Terra Indígena Karipuna, Resex Jacy-Paraná e Floresta Nacional do Bom Futuro. No recorte temporal mencionado (1999-2018), buscamos compreender a materialidade histórica que resultou no avanço do capital agropecuário em áreas de florestas ligadas ao processo de incorporação de terras em larga escala. Essas terras agricultáveis colocam o Brasil na contradição de expansão da agricultura e negligenciamento do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE), com reflexos nocivos aos povos indígenas e comunidades tradicionais que são invisibilizados, além das expulsões serem minimizadas, naturalizadas como meras consequências do “desenvolvimento econômico” do país. Ancorados no método dialético e metodologia quali-quantitativa, analisamos os dados de produção agropecuária, desmatamento e extração mineral, como reflexo da negação ao ZSEE em União Bandeirantes e Rio Pardo.

Palavras-chave: Fronteira; Pecuária; Campesinato; Desmatamento; Áreas Protegidas.

The geography of borders in the municipality of Porto Velho: União Bandeirantes and Rio Pardo and the reflexes of the negligence of the territorial management of the state in Rondônia

Abstract

Porto Velho is located in the southern Amazon and shows spatial changes that allow us to understand the dynamics of the rural areas in Rondônia state, through the expansion of the agricultural frontier in search of new areas for livestock activity and, later, monoculture of soybeans and other grains that are part of the commodities traded by the state. Between 1999 and 2018, União Bandeirantes and Rio Pardo expressed similar forms of occupation, environmental, territorial and social impacts that are part of the agricultural frontier expansion process. Among impacts are an increase in deforestation and environmental degradation that led/provide pressures, tensions and conflicts in the Protected Areas: Karipuna Indigenous Land, Jacy-Paraná Resex and Bom Futuro National Forest. In this time frame, we aim to understand the historical materiality that resulted from the advance of agricultural capital in forest areas, linked to the process of large-scale land incorporation. These arable lands place Brazil in the contradiction of expanding agriculture and neglecting the Socioeconomic and Ecological Zoning (ZSEE), harmfully affecting indigenous peoples and traditional communities that are made invisible, in addition to their expulsions being minimized, naturalized as consequences of the “economic development” of the country. Anchored in the dialectical method and qualitative-quantitative methodology, we analyzed data on agricultural production, deforestation and mineral extraction, as a reflection of the denial of the ZSEE in União Bandeirantes and Rio Pardo.

Keywords: Border; Livestock; Peasantry; Logging; Protected Areas.

La géographie des frontières dans la municipalité de Porto Velho: União Bandeirantes et Rio Pardo et les réflexes de la négligence de la gestion territoriale de l'État à Rondônia

Résumé

La municipalité de Porto Velho, localisée au nord de l'état de Rondônia, située dans le sud de l'Amazonie, présente des changements spatiaux qui nous permettent de comprendre la dynamique de l'espace agraire de Rondônia à travers l'expansion de la frontière agricole qui avance dans la recherche de nouvelles zones pour l'expansion de l'activité d'élevage et, plus tard, la monoculture de soja et d'autres céréales qui font partie des produits de base commercialisés par l'état. Entre les années 1999 et 2018, União Bandeirantes et Rio Pardo montrent des formes similaires d'occupation, d'impacts environnementaux, territoriaux et sociaux qui font partie du processus d'élargissement de la frontière agricole. Les reflets de ces impacts se trouvent dans l'augmentation de la déforestation et de la dégradation de l'environnement qui ont entraîné/provoqué des pressions, des tensions et des conflits

dans les Aires Protégées: Terres Indigènes de Karipuna, Resex Jacy-Paraná et Forêt Nationale de Bom Futuro. Dans cette temporalité, nous cherchons à comprendre la matérialité historique qui s'est traduite par l'avancée du capital agricole dans les espaces forestiers liés au processus d'incorporation de terres à grande échelle. Ces terres arables placent le Brésil dans la contradiction de l'expansion de l'agriculture et de la négligence du Zonage Socio-économique et Écologique (ZSEE), se répercutant de manière néfaste sur les peuples autochtones et les communautés traditionnelles qui sont rendus invisibles, en plus des expulsions minimisées, naturalisées comme conséquences du “développement économique” du pays. Ancrés dans la méthode dialectique et la méthodologie qualitative-quantitative, nous avons analysé les données sur la production agricole, la déforestation et l'extraction minière, comme reflet du déni de la ZSEE à União Bandeirantes et Rio Pardo.

Mots-clés: Frontière; Bétail; Paysannerie/Paysan; Déboisement; Zones Protégées.

Introdução

O município de Porto Velho vivencia materializações do processo de expansão do capital agropecuário, tendo como atividade primária e principal a pecuária, responsável pelas transformações espaciais encadeadas na dinâmica agrária do espaço geográfico rondoniense.

Com o aumento da produção de grãos a partir de meados da década de 1990, principalmente soja e milho, no cone sul do estado de Rondônia, observa-se um deslocamento da área de produção da pecuária. Esse fenômeno revela a busca de novas áreas em função da produção agropecuária, expondo pressões, tensionamentos e conflitos sobre áreas protegidas ao noroeste do estado. O cenário aponta para negação dos territórios dos povos indígenas, dos seringueiros e demais povos da floresta, e também o esforço de camponeses e camponesas na tentativa de manter-se na terra e, assim, reproduzir-se social, cultural e economicamente.

Com base em pesquisas realizadas entre os anos de 2015 e 2018, por meio de ciclos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Trabalho intitulado “A Geografia da Pecuária e do Desmatamento em Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo”, busca-se com o presente artigo compreender a dinâmica do espaço agrário no município de Porto Velho incorporada à ação do capital, tendo como

reflexo a expulsão de sujeitos por agentes que incentivam as metamorfoses socioterritoriais expressas no avanço da fronteira.

O recorte temporal definido para nossa análise refere-se ao período entre os anos de 2000 e 2016. Ressalta-se, contudo, que alguns dados mencionados estão relacionados ao ano de 2018, como no caso das informações sobre desmatamento. Quanto à delimitação espacial da análise sobre a geografia das fronteiras política, econômica e social, da pecuária, do desmatamento, e do campesinato, os dados mencionados são relativos ao município de Porto Velho, com ênfase em duas localidades: o “distrito” de União Bandeirantes (aqui entre aspas, pois juridicamente a localidade ainda não é considerada distrito) e o distrito de Rio Pardo.

O presente estudo norteia-se pelo método dialético, que explica criticamente as transformações da realidade, por meio da *práxis revolucionária*, entendendo o papel do homem/sujeito na apropriação do mundo, tanto no sentido material quanto imaterial, econômico ou cultural, proporcionando uma reflexão de um produto histórico-social da realidade (KOSIK, 2002, p. 29). Ainda em relação aos aspectos metodológicos deste estudo, foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, por meio de trabalhos de campo que buscaram observar a área de estudo e aplicar questionários e entrevistas semiestruturadas com base nos moldes da pesquisa básica. A sistematização dessas informações permitiu também uma análise cartográfica. Com vistas a se alcançarem os objetivos descritivos, os procedimentos bibliográficos e a análise documental contribuíram com a construção de uma análise relacionada à produção da pecuária os dados da estratificação fundiária e o desmatamento em União Bandeirantes e Rio Pardo, por meio de informações coletadas junto às instituições públicas e trabalhos de campos executados em conjunto com o Laboratório de Gestão do Território e do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (LAKATOS; MARCONI, 2003).

As aproximações junto às Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV), dos distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo, e também a Empresa de Assistência Técnica

e Extensão Rural (EMATER), franquearam acesso a documentos tais como os relatórios da 23ª à 44ª etapas de vacinação contra a febre aftosa. Tais informações corroboraram a análise sistematizada da produção da pecuária e estratificação fundiária entre os anos de 2007 a 2016. Os dados relacionados ao desmatamento foram coletados por meio da plataforma do Instituto Espacial de Pesquisas Espaciais (INPE) e dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), a partir dos quais são analisadas informações referentes ao desmatamento acumulado em União Bandeirantes e Rio Pardo entre os anos de 2000 a 2016, com a apresentação de dados referentes ao total de desmatamento acumulado até o ano de 2018 no estado de Rondônia e no município de Porto Velho. Os trabalhos de campo, de expressiva importância, auxiliaram na compreensão e observação mais detalhada da área de estudo.

As dinâmicas territoriais agrárias do estado de Rondônia são reflexos de políticas territoriais pensadas e implementadas a partir da década de 1950. Entre os projetos de colonização e eixos/corredores econômicos e zoneamentos, o Estado expressa uma geografia das fronteiras, que neste trabalho estão subdivididas como política, econômica e social. Busca-se demonstrar através de camponeses e camponesas como categoria de sujeitos sociais submetidos à lógica do processo de acumulação capitalista que acaba por incentivar a expansão da fronteira, negligenciando e invisibilizando territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais.

1. A pecuária e a fronteira: A expansão da fronteira econômica, política e social no município de Porto Velho (RO)

Para Celso Furtado, a pecuária foi necessária como atividade de apoio à produção açucareira e, com o tempo, promoveu a penetração e ocupação do interior brasileiro, mesmo sendo considerada incompatível com a produção de cana-de-açúcar. Dado seu caráter extensivo, a pecuária apresentava, e ainda apresenta uma grande demanda de

terras, além de ser praticada nos moldes da acumulação capitalista, induzindo a expansão dessas áreas pelo ideário de que “sempre há terras por ocupar” (FURTADO, 2005, p. 44).

Compreende-se a pecuária como atividade ligada à grande incorporação de terras, sejam elas “livres”, públicas, devolutas ou privadas, de modo associado ao aumento do desmatamento, degradação ambiental e conflitos territoriais por meio da expulsão de povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia, que vivem outra lógica de reprodução de vida (política, econômica e cultural), mas que por meio das “patas do boi” são expropriados de seus territórios, e a floresta convertida em pasto.

A partir da década de 1970, o Estado brasileiro articulou ações de cunho geopolítico com a criação de programas de colonização para a Amazônia com a intenção de reduzir conflitos por terras nas regiões sul e sudeste do Brasil, garantir o aumento da densidade demográfica na Amazônia, proteger as fronteiras, explorar os recursos naturais e fortalecer a indústria de base extrativa do país. Rondônia foi inserida na lógica colonizadora de apropriação dos territórios, por meio de projetos de colonização dirigida, estatais e privados, o que promoveu um processo de ocupação que tem resultado, até os dias atuais, em aumento do desmatamento e da degradação ambiental ao longo das últimas cinco décadas (COSTA, 2000).

Com a chegada de colonos sulistas, principalmente no centro e sul do estado de Rondônia, oriundos desses projetos de colonização, a lógica dos povos e comunidades da floresta, que respeita o ritmo do rio, o tempo da natureza, dá lugar ao tempo acelerado, passando a ser refém do tempo do capital, que aos poucos promove alteração da dinâmica da paisagem rondoniense e, em meio ao processo exploratório, expulsa essas populações indígenas e afeta as comunidades tradicionais.

Com o passar dos anos, alguns dos colonos, em sua maioria sulistas, oriundos principalmente do estado do Paraná, enfrentaram dificuldades de adaptação, seja por conta de doenças endêmicas, a exemplo da malária, por desconhecerem o bioma amazônico ou por não conseguirem adequar suas práticas agrícolas ao solo ácido de baixa fertilidade, que requer maiores insumos agrícolas destinados à correção e

reposição de nutrientes adequados (FEARNSIDE; CERRI; LEHMANN, 2009). Além disso, a falta de assistência técnica apropriada e direcionada aos pequenos produtores resultou em muitos dos projetos agrícolas não alcançarem êxito e, a partir da década de 1980, a pecuária bovina, por exigir poucos insumos, recursos técnicos e mão de obra, expandiu sua área de produção em Rondônia, deslocando-se para norte noroeste nas décadas seguintes.

Em decorrência de fatores como mão de obra reduzida, falta de assistência técnica do Estado, seja na orientação de melhores práticas de cultivos, seja na manutenção das estradas que servem como apoio no escoamento e comercialização da produção dos camponeses, além da dificuldade de acesso aos créditos agrícolas, que é um dos principais motivos da precária regularização fundiária brasileira, os camponeses enxergam na pecuária a única maneira de se manterem na terra e continuarem o seu processo de reprodução social (COSTA SILVA *et al.*, 2017). Esse processo reflete a relação desses sujeitos com a terra, por sua vez analisada pelo professor José de Souza Martins (2009) como *terra de trabalho*, o que os diferencia do agronegócio, em que a terra é tratada como mercadoria, a *terra de negócio*.

Rondônia, agora incorporada à lógica do modo de produção capitalista, busca ampliar a expansão da fronteira agrícola com o aumento da produção de grãos e da pecuária, estreitando sua relação com o comércio global de *commodities*. Dessa maneira, promove rearranjos territoriais que resultam em impactos sobre a fauna, a flora e pequenos agricultores, por meio de instrumentos que “[...] vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexas, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados” (SASSEN, 2016, p. 10). Com isso, remete-se ao processo de conversão do meio natural em mercadoria com aumento do desmatamento, degradação ambiental e conflitos territoriais expressos nas ações de madeireiros, grileiros e latifundiários que promovem a busca por novas áreas de floresta para exploração dos recursos naturais.

A lógica da fronteira na Amazônia consiste na ampliação da espacialização e territorialização do capital agropecuário sobre áreas de floresta. O agronegócio incorpora espaços, a princípio, ordenados de modo que instrumentos de gestão territorial buscam organizar o território e promover usos adequados. Inserindo neste contexto, por meio da flexibilização e negligência de suas normas jurídicas e incentivo à promoção da criação de um ideário social por meio de estruturas e processos que “substituem o meio natural ou meio técnico que a precede”, conceituado por Santos (2014) como Tecnosfera e Psicosfera,¹ o estado fomenta e arquiteta uma coesão em torno da sociedade em prol do agronegócio, permitindo, dessa maneira, que sujeitos sociais entrelaçados à natureza, à terra de trabalho, sejam expropriados, expulsos de seus territórios pelo discurso desenvolvimentista e neoliberal baseado na lógica da acumulação primitiva do capital (HARVEY, 2005; BRANDÃO, 2012).

1.1 As dimensões da economia, política e sociedade da expansão da fronteira

Ao se optar por discorrer sobre *fronteiras*, aqui definidas como econômica, política e social, busca-se no presente artigo apresentá-las e compreendê-las com base na análise das dinâmicas agrárias de Rondônia, com foco no município de Porto Velho, localizado ao norte do estado. Cabe ressaltar que este conceito, ao ser analisado pela ótica das dinâmicas agrárias do território brasileiro, está cada vez mais distanciado da sua origem de formulação.

A tese da fronteira, formulada por Frederick Jackson Turner a partir da década de 1890, está baseada nas seguintes premissas: a fronteira move-se em direção às **1) terras livres**, e, como consequência, observa-se um intenso; **2) fluxo migratório**, que acarreta em expulsões (fauna, flora, povos indígenas e comunidades tradicionais), maximizados pela;

¹ Segundo Santos (2014, p. 256), a tecnosfera remete aos instrumentos adaptados ao espaço procedendo como mandamentos de agentes hegemônicos que para atender seus interesses, “substitui o meio natural ou meio técnico que a precede [...]” aderindo ao lugar uma prótese. A psicosfera promove uma ação de inserção no ideário social voltada aos interesses dos agentes hegemônicos, fazendo com que os sujeitos do processo se sintam pertencentes e, dessa maneira, aceitem e incentivem as ações da classe dominante.

3) *ausência do Estado* enquanto instituição pública que normatiza o uso do território. Segundo Turner, em reflexo disso, observa-se um processo de: 4) *democratização do espaço agrário*, pois os sujeitos da fronteira, os *frontiersman* conceituados por Waibel (1955), desbravam a natureza, promovendo ampliação do espaço social, cultural e econômico. Assim, a fronteira de Turner se evidencia por meio de relação não capitalista de produção, que acaba por contribuir com a acumulação do capital. Referida acumulação é moldada pela violência, que transforma terras livres em terras sem lei, nas quais a natureza é renegada e a vida humana se torna irrelevante (SANTOS, 2010).

O que podemos observar em relação às premissas da fronteira de Turner é que das quatro, três não podem ser observadas no cenário brasileiro. Isso porque no Brasil a expansão da fronteira agrícola não se dá em terras livres, pois todo o território está normado desde a Lei de 1850, a Lei de terras, em *terras públicas* (usos *stricto sensu*: unidades de conservação, áreas destinadas à reforma agrária, áreas de treinamento das forças armadas), *privadas* (uso particular) ou *devolutas* (Art. 3º [...] as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal [...]),² ou seja, não há terras livres (MELLO-THÉRY, 2011, p. 82). Ainda assim, as fronteiras se expandem em terras públicas e devolutas e promovem desconfigurações de usos gerenciados por meio da gestão territorial de uso e ocupação do solo.

Dessa maneira, podemos identificar o Estado como “presente e ausente” ao mesmo tempo. *Presente* por promover políticas de ordenamento territorial com base nos instrumentos de gestão territorial, tais como os zoneamentos, e por adotar políticas ambientais necessárias para preservação e conservação da natureza que intentam também promover respeito aos povos da floresta. Por outro lado, o Estado é *ausente* por atuar como um facilitador do processo de acumulação do capital, e se eximir propositalmente de sua participação ativa no controle e na regulação, ou na promoção e execução dos direitos sociais em determinados espaços e localidades. Diante do exposto,

² Cf. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que “Dispõe sobre as terras devolutas do Império”. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em 05/07/022.

compreendemos que a acumulação nos moldes capitalistas acentua desigualdades da sociedade, que no campo resultam em conflitos agrários e aumento do latifúndio. Assim, não há como visualizar um processo de democratização do espaço agrário brasileiro. Dessa maneira, não é possível identificar no espaço agrário brasileiro as terras livres, a ausência do Estado, nem o processo de democratização visualizada por Turner como processos da constituição da fronteira, mas um dos aspectos apontados pelo autor, o intenso fluxo migratório, é percebido como item primordial dessa dinâmica agrária territorial.

Ao nos esforçarmos para repensar a noção de fronteira, principalmente pelo prisma amazônico, concordamos com a análise realizada por Luiz J. de Moraes Wanderley (2018), ao pensar a fronteira como política e econômica. Para ele, a fronteira política na Amazônia se definiu conjuntamente com a ocupação promovida pelos fluxos migratórios no território amazônico. Ainda segundo o pesquisador, os elementos da fronteira política são: frente pioneira, território normado/ordenado, e tendência a ser porosa diante um Estado-nação enfraquecido.

Costa (2008) nos orienta a compreender essa fronteira como a ação do Estado na organização do território, e que deve formular e executar políticas territoriais como elementos referenciados no espaço nacional, configurando-se, assim, em Estado-nação, ou seja, um ordenamento territorial que busque promover um espaço voltado à sociedade que o constitui por meio de projetos não expansionistas.

Por outro lado, a fronteira econômica, com base nas análises de Wanderley (2018) e do geógrafo professor Wanderley Messias da Costa (2008), é constituída, prioritariamente, por projetos expansionistas que acabam por refletir em espaços de controle, inclusive político, do território, resultando em concentração fundiária nas mãos dos sujeitos descritos como latifundiários, processo que colabora com a desagregação social e territorial.

Ao analisar o território fundamentado na obra de Friedrich Ratzel, Costa (2008) menciona esses sujeitos como aristocratas que formam um organismo estatal-territorial

e, por meio de ataques e fraudes, sobrepõem seus interesses em detrimento dos demais cidadãos. Segundo Wanderley (2018), a fronteira econômica apresenta os seguintes elementos: terras livres, negligência do Estado, fluxos de pessoas, mercadorias e capitais voltados à exploração dos recursos naturais.

Para Wanderley (2018), assim como para Costa (2008), quando esses sujeitos mencionados conseguem formar esse organismo estatal-territorial, promovem uma porosidade da fronteira política, levando ao enfraquecimento das políticas do Estado, onde o projeto geopolítico se torna exclusivamente expansionista, norteado apenas pelo viés econômico e outros elementos, a exemplo do cultural, que permeiam as políticas não territoriais, os quais são negligenciados e invisibilizados. Essas políticas territoriais se tornam exclusivamente políticas de expansão. Compreende-se essa expansão como a incorporação do capital sobre o meio natural e sobre os sujeitos sociais caracterizados pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses e camponesas.

Não se pode compreender essa porosidade como simples efeito do poder do capital sobre o Estado, principalmente nos tempos atuais, em que a expansão da fronteira não respeita o ordenamento territorial e conseqüentemente desrespeita os limites das Áreas Protegidas (terras indígenas, unidades de conservação etc.). Esse processo condiz com as agendas de governos, ou seja, a gestão governamental induz essas ações de incorporação territorial e busca ampliar o espaço do capital para articular usos do território compatíveis com as exigências do mercado global.

Outros autores analisam a fronteira na Amazônia como pertencente a outro nível de exploração da natureza, sendo ela a “Nova fronteira de recursos”. Bertha Becker (2015), Martin Coy, Michael Klingler e Gerd Kohlhepp (2017) percebem uma fronteira do capital natural, a pós-fronteira. Eles distanciam-se da visão evolucionista, que percebe o processo da fronteira nos tempos atuais como fronteira fechada, em que não há mais terras livres nem recursos a serem explorados por conta das normas impostas aos territórios. Nesse cenário, o ordenamento territorial remete à impossibilidade de expansão da fronteira. Em contrapartida, para o capital, não há normas nem

ordenamentos que o impeçam de seguir a linearidade do processo de acumulação, que resulta em expulsões. Dessa maneira, a pós-fronteira está diretamente ligada ao processo de mercadorização da natureza, em que o Estado desenvolve ações estratégicas para atender a diversos interesses, culminando no fortalecimento do capital comercial especulativo, que contribui com o aquecimento do mercado de terras e, conseqüentemente, com o aumento de conflitos socioterritoriais.

Becker (2015) compreende que a fronteira no Brasil não assume mais os preceitos originários de sua tese inicial. A fronteira apresenta virtualidades históricas, em que a relação espaço-tempo proporciona vivências simultâneas, os territórios dos médios e pequenos produtores, mas também é *locus* de produtores capitalizados que contribuem com o processo de assalariamento de trabalhadores no campo. Segundo a autora:

O Estado coordena a *nova divisão inter-regional do trabalho*. Ele reorganiza o caos das relações sociais impondo-lhes uma racionalidade – a sua – tendo como instrumento privilegiado o espaço: o econômico se reconsidera em termos espaciais – fluxos e estoques – e o Estado tende a controlá-los a assegurar sua coordenação, *integrando e rompendo o espaço anterior*, e produzindo seu próprio espaço; *impõe uma ordem espacial, vinculada a uma prática e concepção de espaço logística, global, de interesses gerais, estratégicos, contraditória à prática e concepção de espaço local, dos interesses privados e objetivos particulares* (BECKER, 2015, p. 266, grifo nosso).

Dessa maneira, observa-se um espaço com duplo caráter privado-público, em que o global se reflete nos fragmentos territoriais, promovendo assim um espaço global fragmentado em que as ações são pensadas de cima pra baixo, e as condições de intervenções econômicas são processos da mundialização contemporânea. Além disso, esse espaço pode ser observado como espaço de manobra das forças sociais. Como reflexo disso, pode-se observar uma possível projeção para um “desenvolvimento socialmente mais harmônico dentro da via capitalista” (BECKER, 2015, p. 267).

Mello e Théry (2001), ao analisarem o espaço amazônico com base nos eixos e zoneamentos, indicam que na Amazônia a lógica do processo de ocupação promovida a

partir da década de 1970 pode não ser a mesma de cunho geopolítico, mas certamente estar relacionada ao fator terra. Isso porque o processo de ocupação, tanto em terras devolutas quanto em terras públicas, promove um mercado de terras com preços “baratos”, gerando como resultado um fluxo migratório de famílias que, em muitos casos, não estão preparadas para lidar com as especificidades do bioma amazônico. Nesse cenário, a grilagem de terras promove ocupações que aquecem o mercado de terras tanto no Brasil, de modo geral, quanto na Amazônia, em específico, algo que deve ser compreendido como eixo do processo de expansão da fronteira.

No estado de Rondônia, esse processo se evidencia ao longo dos últimos vinte anos no município de Porto Velho, capital rondoniense, localizado ao norte, numa posição territorialmente estratégica, e que incorporou modificações da dinâmica agrária induzidas pelo avanço da fronteira agrícola, da fronteira do capital agropecuário, promovidas pela especialização da agricultura vinculadas à monocultura de grãos, principalmente de soja. Essa especialização incorporou a lógica da produção global de *commodities* sobre a lógica da produção do campesinato.

Como mencionado anteriormente, com base em diversos aspectos, é na pecuária que o campesinato busca se fortalecer em Rondônia, constituindo, assim, a fronteira social. A espacialização da produção de grãos “empurra” esses sujeitos em busca de novas áreas de exploração, sejam elas devolutas ou públicas. Em meio a esse processo, surgem lugares que podem ser compreendidos como fragmentos do espaço global (o global no local), como consequência das ações dos sujeitos engendrados na lógica da acumulação e reprodução capitalista. Os sujeitos expulsos, expropriados de suas terras, interiorizam a essência de desbravadores, e tomam para si a “responsabilidade” de distribuir terras, inicialmente terras de trabalho, aos sujeitos expulsos de diversas formas pelo agronegócio.

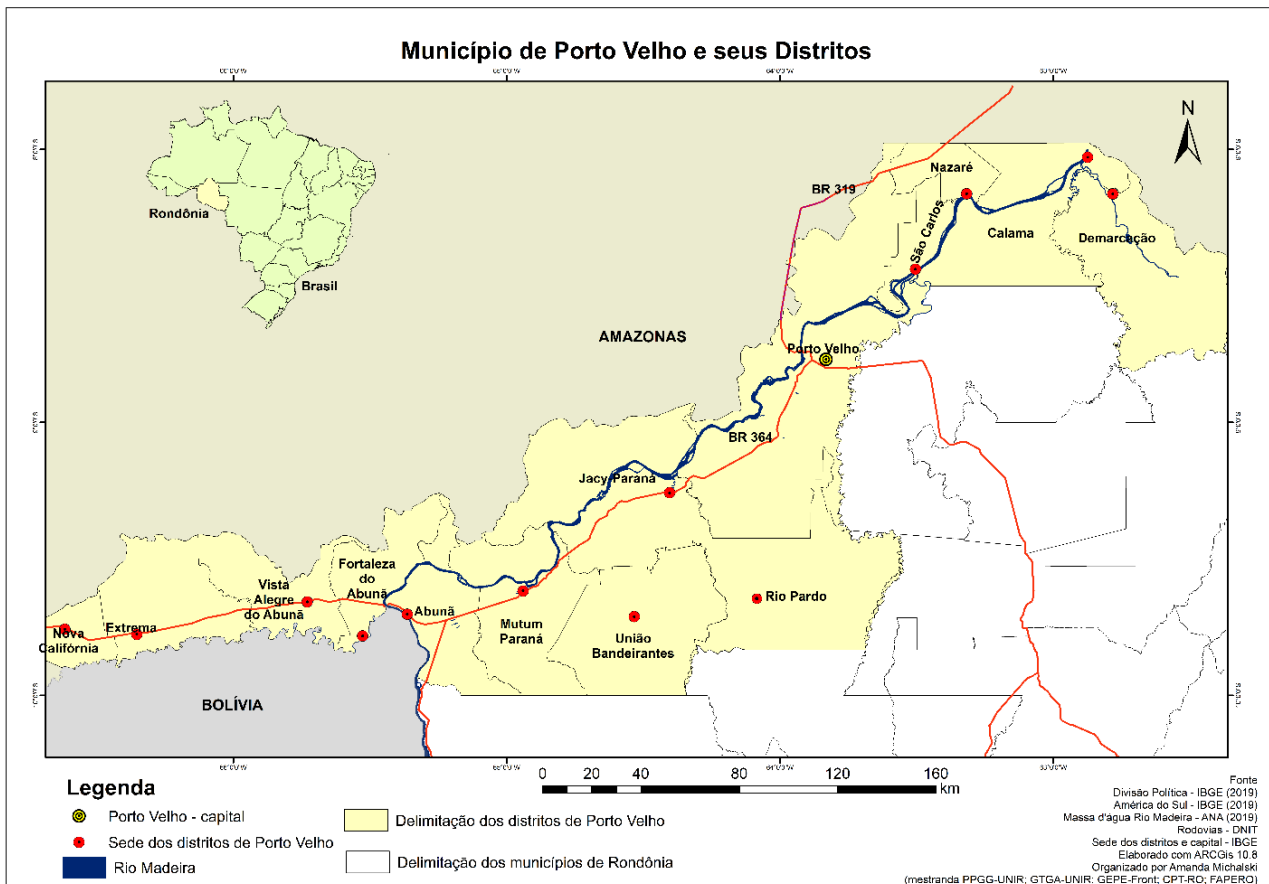
Em Porto Velho, dois lugares são analisados como reflexo desse processo de expansão da fronteira: União Bandeirantes e Rio Pardo, localidades resultantes da fronteira econômica, política e social, tendo sua origem datada no ano de 1999, em

processos de ocupação nos padrões das ocupações rurais na Amazônia. Há semelhança na incorporação desses dois lugares: União Bandeirantes, localizado a 162 km de Porto Velho, próximo aos distritos de Jacy-Paraná e Nova Mutum-Paraná, tem seu surgimento a partir de ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que organizou essa ocupação nos moldes de reforma agrária, distribuindo 104 mil hectares da Gleba Jorge Teixeira de Oliveira, que também se localiza, hoje, na subzona 2.1 do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, possuindo lotes de no máximo 50 hectares destinados às famílias integrantes do Movimento Sem Terra (MST) que ocupavam a fazenda Urupá. A área escolhida pelo Incra relaciona-se a *terras públicas*, fora dos limites da fazenda ocupada, próximas à Terra Indígena Karipuna e à Reserva Extrativista Jacy-Paraná (VITACHI, 2015).

Já o processo de ocupação do distrito de Rio Pardo, localizado a 170 km do distrito-sede, Porto Velho, se deu em terras públicas, em Unidade de Conservação, na Floresta Nacional (FLONA) do Bom Futuro. Isso desencadeou diversas situações que envolveram conflitos territoriais e resultaram em aumento do desmatamento e degradação ambiental da FLONA, que, posteriormente, teve sua área reduzida em 65% devido ao transcurso predatório que ocorrera pela intensa exploração madeireira e ação da pecuária em um território ordenado, organizado e gerenciado com base no ZSEE de Rondônia.

No **Mapa 1**, podemos observar a localização do município de Porto Velho e seus distritos, entre eles União Bandeirantes (que juridicamente ainda não é considerado como distrito), e Rio Pardo, que no ano de 2013 obteve o *status* de distrito de Porto Velho, via Lei Orgânica Municipal nº 2.082, de outubro de 2013, que dispõe sobre a criação do distrito, aprovada pelo Poder Legislativo e contestada pelo Poder Executivo em “ação direta de inconstitucionalidade”.

Mapa 1 – Localização do município de Porto Velho e seus distritos.



Organização: Michalski e Borges (2022).

Essas ocupações são fruto dos intensos movimentos migratórios de camponeses deslocados devido ao avanço da fronteira agrícola do centro e sul rumo ao norte de Rondônia, evidenciando, dessa maneira, os rearranjos espaciais relacionados ao uso do território resultante da ampliação do capital que se especializou em União Bandeirantes e Rio Pardo. Esse deslocamento da população camponesa pode ser compreendido por meio do conceito de *mobilidade forçada*, proposto por Singer (1998). O autor esclarece que as relações do modo de produção capitalista ocasionam a expropriação do campesinato devido à dificuldade do camponês em competir com os grandes produtores e por terem suas terras aliciadas pelo agronegócio. Para o autor:

As migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao

rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e, ao mesmo tempo, criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização. Tal industrialização, sem que as características institucionais e históricas dela tivessem qualquer papel na determinação daquele processo [...] (SINGER, 1998, p.31-32).

Para Harvey (2005), o modo de produção capitalista demonstra contradições que se refletem em um possível esgotamento econômico, e, para ultrapassar momentos de crise, o capitalismo precisa criar espaços voltados ao processo de acumulação. Com isso, compreendemos que essa busca pela ampliação do espaço do capital estimula o avanço da fronteira econômica associada à porosidade da fronteira política. Assim, observamos o caminho da acumulação capitalista que busca avançar onde a resistência for menor, ou onde o Estado estiver mais enfraquecido, colaborando com rearranjos socioterritoriais que negligenciam territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais em toda a Amazônia.

2. O campesinato na fronteira: União Bandeirantes e Rio Pardo como expressões de reprodução de vida do camponês e da camponesa rondoniense

As políticas territoriais responsáveis pelas transformações do espaço agrário rondoniense também provocam a mobilidade dos sujeitos que incorporam essas dinâmicas. Madeireiros, grileiros, fazendeiros e camponeses direcionados pelas relações capitalistas e não capitalistas metamorfoseiam o espaço agrário por meio de frentes de expansão e frentes pioneiras, ligadas à porosidade da fronteira política que fortalece a expansão da fronteira econômica (MARTINS, 2009; WANDERLEY, 2018).

Essas dinâmicas citadas anteriormente se expressam por meio do processo de expulsão dos camponeses de suas terras por conta da espacialização da produção de

commodities (soja, milho e pecuária), que produzem novas expulsões, uma vez que esses sujeitos caracterizados neste trabalho como *camponeses* incorporam a essência dos desbravadores/pioneiros ou *frontiersman*, que por meio da fronteira buscam melhores condições de acesso à terra, e, na busca pela sobrevivência, acabam subordinados às forças capitalistas. Essa relação de subordinação não pode ser compreendida como um processo de descaracterização dessa classe social.

A organização social camponesa se consolida devido às especificidades do organismo interno da unidade de produção, diferenciando-os de outros trabalhadores rurais e urbanos, isso porque atua com os elementos da força de trabalho familiar, conservação dos meios de produção, mutualidade e forma de produção que contribuem com a reprodução de sua família (BOTTOMORE, 2001). Para Oliveira, o campesinato existe como classe social no modo capitalista de produção. Segundo Oliveira, Marx afirma que:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terras, constituem as três grandes classes na sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Karl Marx (1991[1894]), no volume VI, terceiro livro em que aborda o processo global de produção capitalista, descreve o modo de produção capitalista como condição prévia da classe camponesa.

[...] os agricultores efetivos são trabalhadores agrícolas, empregados por um capitalista, o arrendatário, que explora a agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora [...] quantia contratualmente estipulada [...]. Chama-se essa quantia de renda fundiária [...] a renda fundiária é a forma em que se realiza economicamente, se valoriza a propriedade fundiária. [...] temos aí reunidas e em confronto as três classes que constituem o quadro da

sociedade moderna – o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário da terra (MARX, 1991 [1894], p. 710).

Essa perspectiva contribui para uma análise referente ao campesinato enquanto classe social na sociedade capitalista. Oliveira (1999, p. 72) afirma ser de total importância compreender “o papel” e o “lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil”. Dessa maneira, reflexões sobre o desaparecimento do campesinato tornam-se desestruturadas. Além disso, os movimentos de resistência configurados pela luta camponesa na busca pelo direito à terra no território brasileiro se materializam perante a existência de conflitualidades desse processo.

A fronteira agrícola brasileira promove a ampliação do modo de produção capitalista, por proporcionar elementos que contribuem com os latifúndios e a produção extensiva, a exemplo da pecuária. Essa fronteira agrícola é conceituada por Pierre Monbeig (1998) como *frentes pioneiras* que resultam em mercados de terras, ou especulação de áreas rurais, estruturação de redes técnicas, fundação de vilas, cidades, migrações, fazendeiros e outros sujeitos, o que contribui com a definição desse conceito por conta da valoração da terra, ou seja, a transformação da natureza em mercadoria e, conseqüentemente, a expansão da fronteira agropecuária.

No Brasil, a fronteira agrícola induziu a invasão de áreas florestais habitadas por povos e comunidades que foram diversas vezes oprimidos por conta do desrespeito com seus modos de vida, sendo considerados primitivos ou arcaicos. A fronteira provoca o “[...] encontro entre territorialidades e tempos distintos e conflitantes. Isso porque, a fronteira se desenvolve, pela perspectiva dos sujeitos pioneiros, em terra ‘vazias’” (SILVA, 2007, p. 288). No entanto, a existência da conflitualidade se dá justamente por conta da presença de povos indígenas e comunidades tradicionais que ocupam essas áreas, vistas como vazias, mas que devem ser compreendidas como frentes de expansão promovidas ao longo dos séculos.

Para Silva (2007, p. 292), a fronteira agrícola no Brasil expressa grandes transformações socioespaciais e novas relações de produção e modelos técnico-

mercantis e financeiros, além da inclusão de novos valores culturais e simbólicos que resultam em conflitualidades mediante as identidades territoriais preexistentes. Soma-se a isso a fronteira capitalista com as dinâmicas agropecuárias que demandam a instituição de latifúndios, e, por fim, relacionam-se com a expropriação dos camponeses e das diversas comunidades tradicionais.

Com base nas análises de Monbeig e Martins, observamos a fronteira agrícola no Brasil como sistema social que retrata e condiciona a (re)produção do espaço geográfico por meio da integração de terras e mão de obra em locais escolhidos pelos sujeitos desses processos de reprodução do capital rumo aos espaços antes encarados como periféricos e marginalizados, como analisam Costa Silva *et al.* (2017) a respeito do estado de Rondônia. A Amazônia, inicialmente tratada como periferia do território brasileiro, é região de implementação de ações advindas das redes de comando nacionais, pensadas principalmente desde a década de 1950 considerando-a como fronteira de exploração natural.

A *hileia amazônica*, que no século XXI continua sendo o *lócus* da exploração da natureza articulada pela globalização perversa que usa os espaços, territórios e lugares sempre com base na ampliação da acumulação capitalista a partir do desenvolvimento desigual e combinado, negando os territórios originários e promovendo saques e destruição da natureza. Dessa maneira, observa-se a importância de compreender esse processo por meio das categorias da totalidade e da multiescalaridade, do desigual e combinado, do espontâneo e do forçado, de territorialização e desterritorialização que envolvem as dinâmicas agrárias em Rondônia.

2.1 As expressões da reprodução da vida camponesa em União Bandeirantes e Rio Pardo a partir de uma pesquisa quali-quantitativa

No município de Porto Velho, União Bandeirantes e Rio Pardo expressam grande territorialização de camponeses expulsos de suas terras por conta do avanço da fronteira

agrícola. Ressalta-se que essas expropriações estão inseridas na lógica da mobilidade da fronteira que promovem migrações forçadas e espontâneas. Cabe destacar que mesmo as migrações espontâneas devem ser analisadas com base no processo histórico de alienação do campesinato pelo agronegócio, pela totalidade da dinâmica que viabiliza modificações espaciais que em Rondônia, assim como na Amazônia, contribuem com a reprodução social do campesinato, pois essa é a forma encontrada por esses sujeitos para permanecerem na terra.

Por meio de um estudo com abordagem quali-quantitativa com objetivos descritivos, buscou-se analisar dados da produção da pecuária, estratificação fundiária e desmatamento em União Bandeirantes e Rio Pardo entre os anos de 2000 e 2016. Tais estudos resultaram no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “*Geografia da pecuária e do desmatamento no município de Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo*”. Em função disso, nossas análises seguiram respectivamente a ordem: União Bandeirantes (UB) e Rio Pardo (RP) – produção da pecuária; UB e RP – estratificação fundiária; UB e RP – desmatamento.

Os dados relacionados à produção da pecuária e estratificação fundiária foram coletados junto aos relatórios técnicos das Unidades Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV) dos distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo. Essas Unidades são vinculadas à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do estado de Rondônia (Idaron) e representam o apoio de agências públicas aos produtores e produtoras que exercem a produção agropecuária.

Uma importante informação deve ser destacada: como já mencionado, essas duas localidades têm em comum diversos aspectos relacionados ao processo de ocupação. Um deles é o ano de 1999. Sem assistência técnica voltada à produção agropecuária, esses sujeitos estiveram à revelia do Estado até o ano de 2006, quando ocorreu a efetiva ocupação por concessão de terras públicas. Isso porque, segundo entrevista com os coordenadores das ULSAV e com servidores da Idaron, o governo do estado de Rondônia só passou a destinar recursos e mobilizar ações de apoio a partir do ano de 2006.

Ressalta-se que essa letargia do Estado está inteiramente ligada à maneira e ao local com que esses dois - atualmente os principais - polos de produção agropecuária se efetivaram.

Embora tenha sido inicialmente organizada pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra), por meio da destinação de 104 mil hectares de terra na Gleba Jorge Teixeira de Oliveira, localizada próximo aos distritos de Jacy-Paraná e Mutum-Paraná, a ocupação de União Bandeirantes promoveu um fluxo migratório não previsto pelas instituições governamentais relacionadas à gestão territorial: Incra, Ibama, Sedam e Semur. Como consequência, a zona tampão ou zona de amortecimento³ da Reserva Extrativista Jacy-Paraná acabou sendo invadida e desmatada, acarretando graves danos ambientais e expulsão dos seringueiros que viviam na reserva. No **Mosaico de Fotos 1**, observamos fotografias relacionadas ao “distrito” de União Bandeirantes coletadas por meio de trabalhos de campos realizados entre os anos de 2015 a 2018.

Mosaico de Fotos 1 – Localidade de União Bandeirantes.

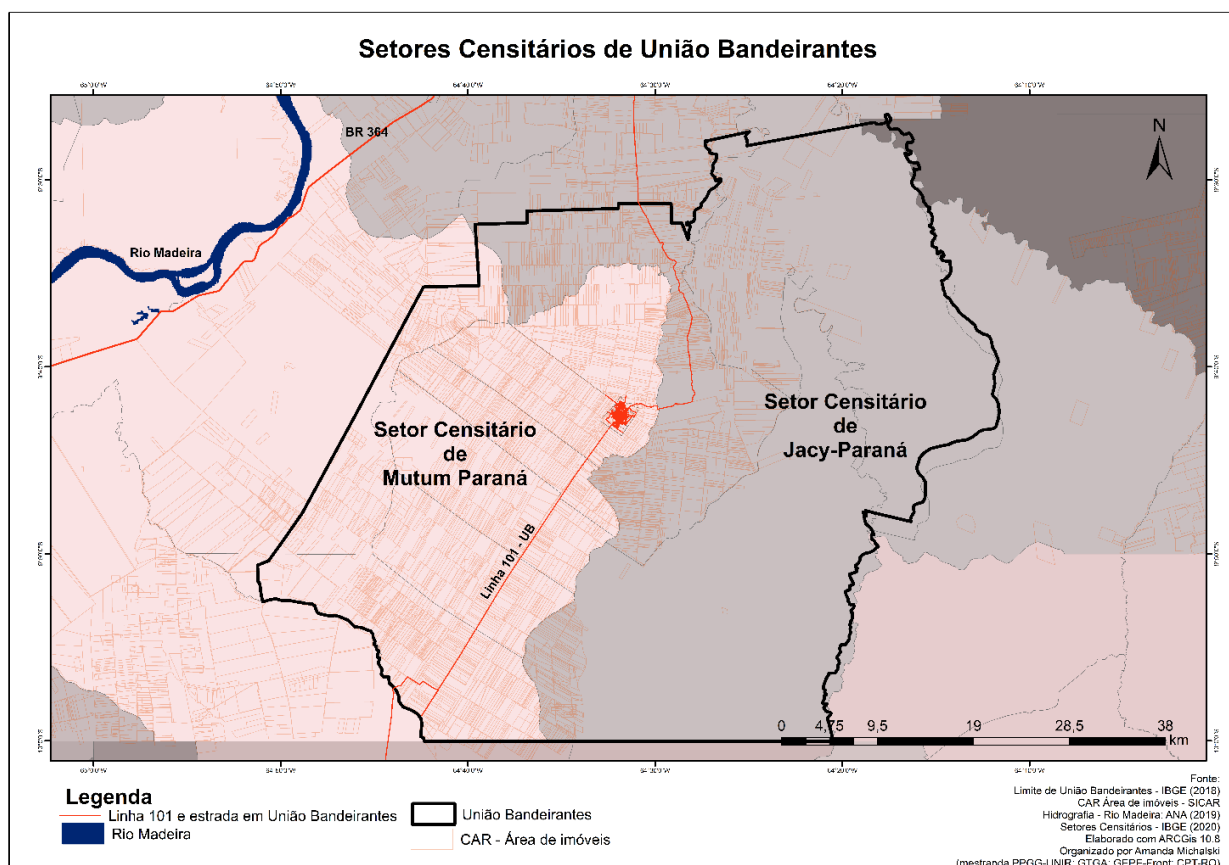


Fonte: Trabalho de campo realizado no ano de 2015. Organização: Michalski e Borges (2022).

³ Com base na Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Na fotografia A, observamos a Avenida Três de Dezembro, principal via de tráfego do núcleo urbano, que possui aproximadamente 10 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010, com informações dos setores censitários⁴, também é possível ver o prédio da ULSAV, agência da Idaron (B); e a porção leste do distrito de União Bandeirantes (C), onde, ao fundo, nota-se uma área de floresta próxima à Terra Indígena Karipuna. Em relação aos setores censitários da localidade de União Bandeirantes, como ainda não foi juridicamente reconhecido como distrito, ele acaba sendo dividido em dois setores, um pertencente ao distrito de Mutum Paraná e outro ao distrito de Jacy-Paraná. O **Mapa 2** demonstra essa divisão:

Mapa 2 – Divisão dos setores censitários de União Bandeirantes.



Fonte: Malha dos setores censitários, IBGE (2010). Organização: Michalski e Borges (2022).

⁴ Segundo as Notas Metodológicas do IBGE, o setor censitário é a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político administrativa, dos quadros urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta (IBGE, 2010).

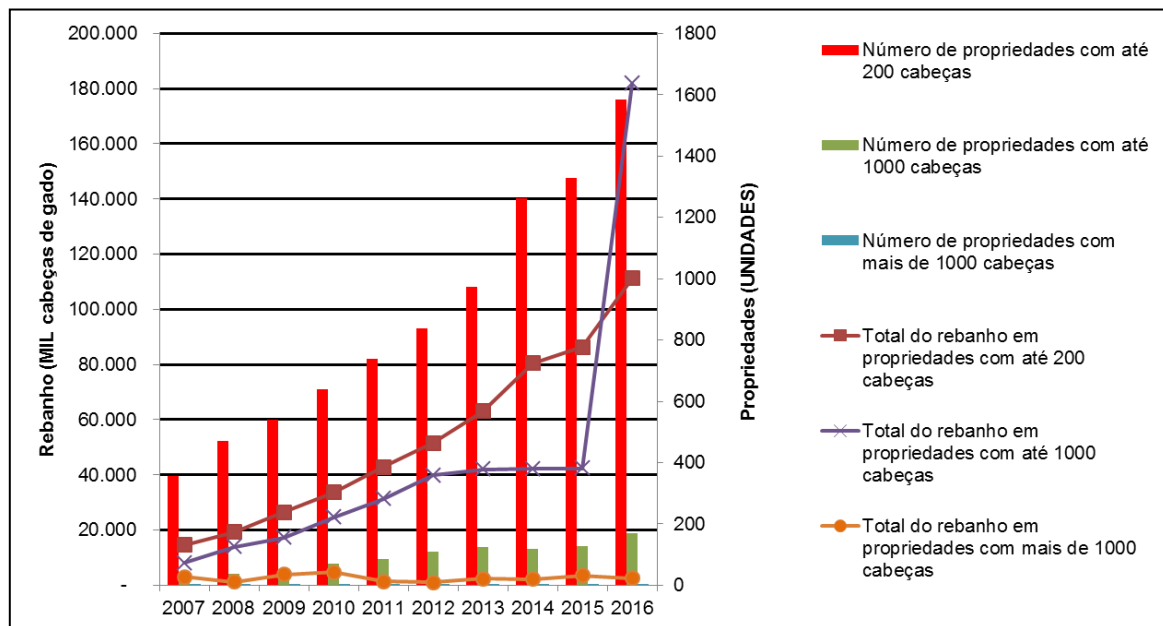
O Mapa 2 representa a divisão dos setores censitários de União Bandeirantes e, além disso, também espacializa a área dos imóveis disponíveis no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Por meio desse dado, nota-se a presença de imóveis rurais sobrepostos a áreas pertencentes à Terra Indígena Karipuna e à Reserva Extrativista Jacy-Paraná. São mais de 5 mil imóveis cadastrados, que contam com aproximadamente 10 mil pessoas no campo, com destaque para pequenas propriedades de até quatro módulos fiscais, que se territorializaram nesta região e hoje contribuem para que a localidade de União Bandeirantes se destaque como principal polo de produção agropecuária do município de Porto Velho.

Com um crescimento demográfico maior que 90%, expressando-se em aproximadamente 25 mil habitantes ao longo dos últimos 20 anos, União Bandeirantes apresenta contingente populacional igual ou maior que 27 municípios do estado de Rondônia. O processo de migração observado nesta localidade pode ser descrito como intrarregional devido às famílias serem oriundas de municípios tais como: Jaru, Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra entre outros (todos no estado de Rondônia). Essa análise foi realizada com base no levantamento qualitativo realizado em 2015, por meio de trabalho de campo realizado em conjunto com a equipe do Laboratório de Gestão de Território (LAGET) e do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA).

A dinâmica agrária incorporada em União Bandeirantes expressa uma geografia das fronteiras, que promove fluxos migratórios e solidifica as frentes de expansão, possibilitando a territorialização de sujeitos preteritamente expropriados pelo avanço do agronegócio em solo rondoniense. Ao fazer referência à imagem como “origem secundária” dos migrantes, compreende-se que grande parte desses sujeitos sociais está em seu segundo ou terceiro processo migratório, advinda de outros estados do território brasileiro, como Bahia, Paraná e Espírito Santo. Esses sujeitos, camponeses, relacionados fortemente com o processo de expansão da fronteira agrícola (política, econômica e social), almejam sua reprodução social, econômica e cultural por meio da busca pela

terra, terra de trabalho, terra de vivência. Os dados a seguir exploram a produção da pecuária com base nos relatórios técnicos da ULSAV relacionados aos anos de 2007 e 2016. Em função disso, analisa-se no **Gráfico 1** a relação da produção da pecuária bovina com o quantitativo de propriedades rurais.

Gráfico 1 – Relação entre efetivo bovino e número de propriedades em União Bandeirantes.



Fonte: IBGE; ULSAV; IDARON. Organização: Michalski e Borges (2022).

Observa-se no gráfico que a produção das pequenas propriedades apresenta contínuo avanço entre os anos analisados (2007 a 2016) e alcança um total de mais de 100.000 (cem mil) cabeças de gado na soma das suas 1.585 pequenas propriedades. Em segundo lugar, no quantitativo de propriedades, aparecem as médias propriedades, com até 1.000 (mil) cabeças de gado. Essas propriedades somam 170 unidades e sua produção se destaca a partir do ano de 2015. Isso porque, até 2015, a produção com maior quantitativo estava relacionada às pequenas propriedades, analisadas como produção camponesa.

No ano de 2016, as médias propriedades cresceram o equivalente a mais de 80% em relação ao ano de 2007 e demonstraram um aumento de 96% entre os anos de 2007

e 2016, na soma das 170 unidades. Ao se analisarem as informações, observa-se um processo de concentração de terras em relação à pecuária. No entanto, essa análise será pontuada na estratificação da área total destinada às pequenas, médias e grandes propriedades em União Bandeirantes e Rio Pardo.

Em relação ao total de propriedades e montante produzido ao longo dos anos analisados, as grandes propriedades representadas com mais de 1.000 cabeças de gado aparecem em quantidade mínima e o total das grandes propriedades praticamente se mantém em duas unidades produtivas, que, inclusive, graficamente ficam inexpressivas, e sua participação do quantitativo produzido, ao longo dos dez anos analisados no distrito de União Bandeirantes, manteve-se em uma média de 3%. Essas informações possibilitam uma análise que demonstra forte territorialização do campesinato em União Bandeirantes.

Com expressivos quantitativos de produção e de propriedades, esses sujeitos, migrantes, expropriados preteritamente, mostram enorme vigor atinente à vontade de se manter no campo, de produzir e se reproduzir socialmente. Dando sequência às análises, no **Gráfico 2** apresentam-se os dados referentes ao distrito de Rio Pardo, com a mesma temporalidade analisada em União Bandeirantes.

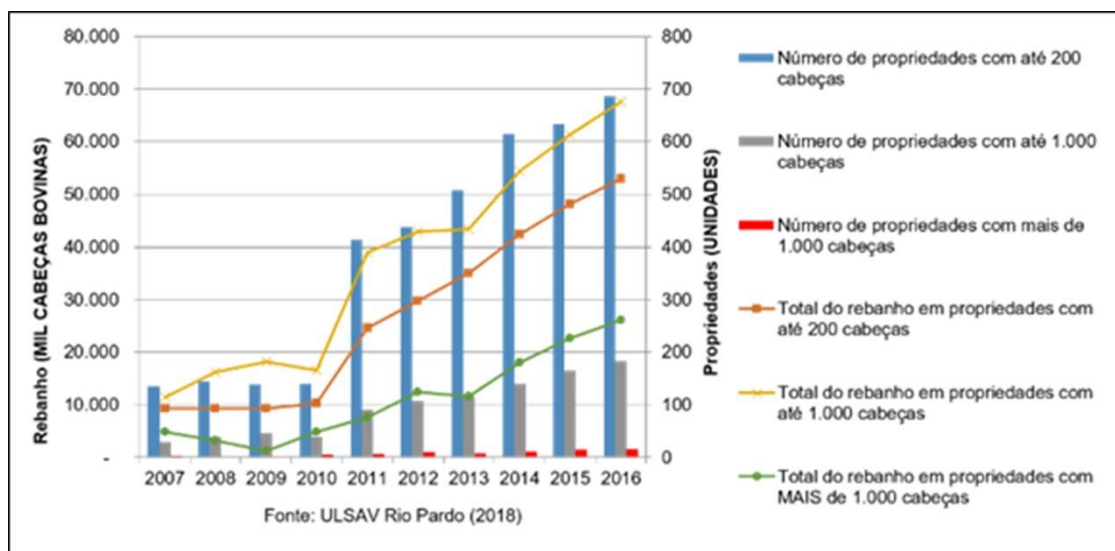
A partir do gráfico, verifica-se, em primeiro lugar, que grande parte das propriedades em Rio Pardo estão representadas por pequenas propriedades ou propriedades camponesas, assim como em União Bandeirantes, contendo de 1 a 4 módulos fiscais.⁵ No ano de 2016, elas totalizavam cerca de 600 propriedades, com uma média de produção anual de 27 mil bovinos. Esse estrato da pequena propriedade apresentou em 2016 seu maior volume no rebanho bovino chegando a, aproximadamente, 52 mil cabeças de gado. Como reflexo disso, a sua participação nesse

⁵ Os imóveis rurais se classificam em: minifúndio, com área menor que 01 (um) módulo fiscal; pequenas propriedades, que somam de 1 (um) a 4 (quatro) módulos fiscais; médias propriedades com áreas entre 04 e 15 módulos fiscais e grandes propriedades que apresentam áreas acima de 15 módulos fiscais. Ressalta-se que cada município apresenta um valor definido em hectares por módulo fiscal, segundo a Lei 8.629/1993. Em Porto Velho, assim como em todo o estado de Rondônia, 1 (um) módulo fiscal corresponde a 60 hectares, conforme a tabela do Sistema Nacional de Cadastro Rural de 2013.

mesmo ano foi de 36% do total produzido no distrito. Observa-se um incremento no número do rebanho dessas propriedades camponesas, algo em torno de 80% de crescimento da produção.

Na sequência, identificam-se, em segundo lugar, as propriedades com até 1.000 (mil) cabeças de gado. Nesse estrato estão as médias propriedades – de 4 a 15 módulos fiscais – do distrito de Rio Pardo. Essas propriedades acresciam no ano de 2016 um total de 182 unidades, com uma produção média de 37 mil bovinos por ano. A média propriedade registra um aumento do rebanho bovino de 83% entre os anos de 2007 e 2016. A participação dessas propriedades, no ano de 2016, foi de 49% do montante produzido em Rio Pardo.

Gráfico 2 – Relação entre efetivo bovino e número de propriedades em Rio Pardo.



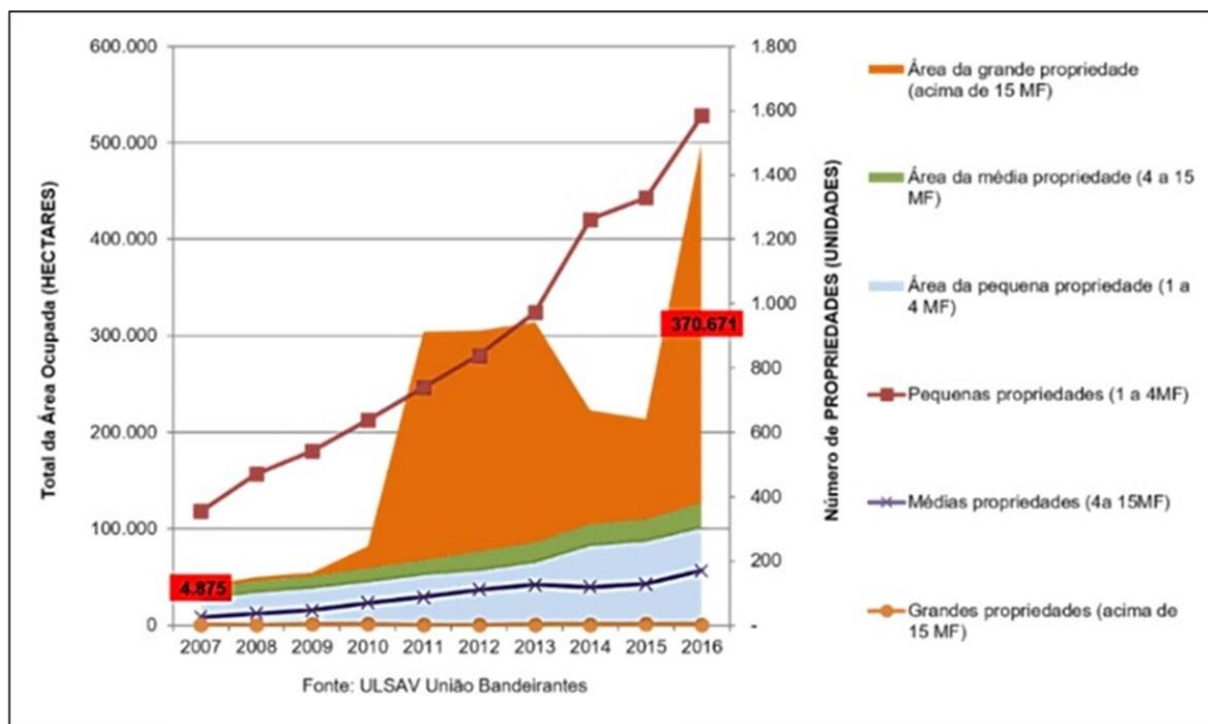
Fonte: IBGE; ULSAV; IDARON. Organização: Michalski e Borges (2022).

Em terceiro lugar, observam-se as grandes propriedades, com mais de 15 módulos fiscais, no distrito de Rio Pardo. Esse estrato revela que a soma dessas unidades não alcança 20 propriedades ao longo dos 10 anos analisados, mas exibem um aumento na produção da pecuária de aproximadamente 80% no mesmo período. Como reflexo, as informações referentes às grandes propriedades indicam uma média anual de produção do rebanho bovino em torno de 11 mil cabeças de gado. A sua participação na composição

do efetivo bovino total foi de 15% para o ano de 2016. Em função disso, a evolução dos dados no Gráfico 2 expõe que as pequenas propriedades sempre se mantiveram em maior número na localidade de Rio Pardo. Em contrapartida, a partir do ano de 2011, o aumento das propriedades, de ambos os estratos com pecuária se elevou de forma gradativa, registrando em 2016 um crescimento de 81% em relação ao ano de 2007.

Os dados analisados a seguir estão relacionados aos números de propriedades *versus* área em hectares subdividida pelos estratos já apresentados anteriormente. Com isso, o **Gráfico 3** expõe essa relação com base nas informações referentes a União Bandeirantes.

Gráfico 3 – Relação entre área destinada e número de propriedades em União Bandeirantes.



Fonte: IBGE; ULSAV; IDARON. Organização: Michalski e Borges (2022).

O gráfico anterior indica que desde o início da coleta de dados pela ULSAV/IDARON, em 2007, a pequena propriedade representa, significativamente, uma forte presença do campesinato em União Bandeirantes, o que confirma a análise apresentada anteriormente, em que o número de pequenas propriedades manifesta

constante aumento. Dessa maneira, evidencia-se uma forte territorialidade camponesa, visto que o maior número de imóveis rurais se estratifica em pequenas propriedades, cerca de 90%. Essas pequenas propriedades acumulam pouco mais de 100 mil hectares da área da pecuária de União Bandeirantes, o que equivale a 20% desse espaço de produção do rebanho bovino.

As pequenas propriedades apresentam uma média, conforme **Quadro 1**, de 63 hectares. Ainda com base nas informações apresentadas anteriormente, apesar de a pequena propriedade ocupar pouco mais de 20% da área da pecuária, esse estrato ocupa a terceira colocação, ficando atrás das médias propriedades.

Quadro 1 – Estratificação das propriedades em União Bandeirantes.

UNIÃO BANDEIRANTES					
ESTRATO FUNDIÁRIO	N.º PROPRIEDADES	% de PROPRIEDADES	ÁREA (hectares)	%	MÉDIA (hectares)
Pequena Propriedade (1 a 4 MF)	1585	90,21%	100.451	20,18%	63
Média propriedade (4 a 15 MF)	170	9,68%	26.752	5,37%	157
Grande propriedade (acima de 15 MF)	2	0,11%	370.671	74,45%	185.336
TOTAL	1757	100%	497.874	100%	185.556

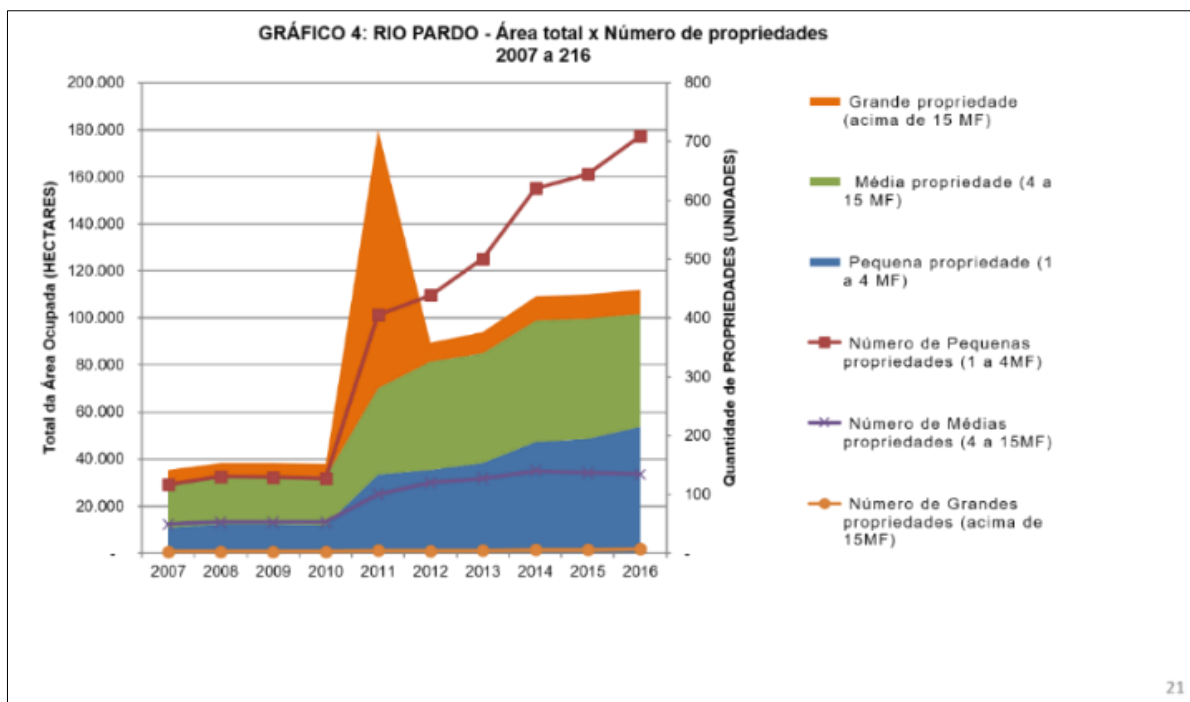
Fonte: IBGE; ULSAV; IDARON. Organização: Michalski e Borges (2022).

Da análise dessas informações, relacionando-as com a produção por tipo de propriedade, constata-se que a pequena propriedade, gerenciada pela família camponesa, apresenta uma produção bastante significativa, mesmo sem possuir grandes áreas destinadas à criação bovina. Essas propriedades produziram cerca de 56% do total da pecuária de União Bandeirantes ao longo dos anos analisados. As médias propriedades produziram 39,8% no mesmo período, com uma concentração de área em torno de 13% e representam cerca de 9% do total de propriedades com pecuária em União Bandeirantes. As propriedades com mais de 15 módulos fiscais apresentavam uma

concentração de área no ano até 2016 em torno de 74%, e uma média na década analisada de 46% referente à área destinada à pecuária.

Conforme os dados do quadro, as grandes propriedades representam 4,2% da produção bovina e 0,3% do total de propriedades. Portanto, fica evidenciado que as pequenas propriedades, mesmo não dispoendo de tantas áreas, manifestam grande potencial produtivo da pecuária pelo campesinato em União Bandeirantes. Em contrapartida, observa-se a grande concentração de terras destinadas às grandes propriedades. Salienta-se que essa localidade surgiu com a finalidade de assentar 400 famílias ligadas ao MST. Constata-se, ainda, que as médias propriedades apresentaram destaque em 2016, período em que tiveram um salto de 77% na produção em relação ao ano de 2015, com a incorporação de 42 unidades produtivas. Observam-se a seguir, no **Gráfico 4**, as informações da estratificação fundiária referentes ao distrito de Rio Pardo.

Gráfico 4 – Relação entre área destinada e número de propriedades em Rio Pardo.



Fonte: IBGE; ULSAV; IDARON. Organização: Michalski e Borges (2022).

O **Gráfico 4** expressa a estratificação dos imóveis rurais do distrito de Rio Pardo. O número que sobressai neste distrito se refere às pequenas propriedades. No entanto, em relação à área ocupada, referidas unidades utilizam uma área menor que 20 mil hectares. Outro fator que chamou atenção durante o processo de análise foi o aumento significativo de propriedades, em geral, relacionadas aos anos de 2010 e 2011. Dessa maneira, com base nos dados apresentados anteriormente, evidencia-se um salto equivalente a mais de 60% de um ano para o outro. Um dos aspectos relevantes dessa modificação espacial está ligado à alteração na delimitação da área da Floresta Nacional do Bom Futuro, que em 2010 perdeu em extensão territorial o equivalente a 183 mil hectares, ou 65% de sua área original. Embora agentes do estado utilizem vários outros mecanismos e instrumentos para induzir e acelerar o processo de redução da FLONA do Bom Futuro, ou ainda apresentem outras alegações e justificativas, as informações apresentadas indicam que essa redução legitimou a ocupação irregular de algumas propriedades rurais do distrito de Rio Pardo, uma vez que se observam impactos associados à degradação ambiental da FLONA do Bom Futuro.

100

Essa legitimação assegurou a certificação do rebanho dessas propriedades, para que de fato ele fosse contabilizado na economia do Estado. Salienta-se que houve certo receio sobre a informação fornecida referente ao ano de 2011, mas ao se questionar a ULSAV de Rio de Pardo e analisar as informações das 30^a e 31^a etapas de vacinação referente ao combate contra a febre aftosa, a informação reflete veracidade pertinente ao ano de 2011, mesmo sendo um *outlier*⁶.

Dando sequência a esta análise, ao se identificar, no ano posterior (2012) uma redução de 93% em relação à área destinada as grandes propriedades, percebe-se como reflexo um aumento das áreas destinadas às médias propriedades, o que não significou aumento no número das médias propriedades rurais do distrito de Rio Pardo.

⁶ Trata-se de um “valor fora da curva”, ou valor “aberrante”, neste caso referente ao ano de aumento da área de rebanho e do número de propriedades no período em que a FLONA do Bom Futuro sofreu redução espacial. Nesse sentido, há um movimento atípico com o aumento da área de produção e do efetivo bovino, sugerindo que essa prática já existisse e, no momento de sua “regularização”, agregou o valor espacial dentro da análise estatística.

Os dados analisados até o momento expressam mecanismo incorporados aos rearranjos territoriais incentivados pelo Estado por meio da infraestrutura governamental, seja pela sobreposição de políticas territoriais em relação a políticas ambientais, na apropriação de terras públicas normadas e ordenadas, ou discordâncias do poder executivo e legislativo, refletindo certa esquizofrenia política. Como reflexo disso, essas ações se direcionam para atender aos atores que exercem maior poder e expropriam camponeses e camponesas e acabam por reservar “[...] as melhores porções do território e deixam o resto para os outros [...]”. O dinheiro usurpa em seu favor as perspectivas de fluidez do território, buscando conformar sob seu comando as outras atividades”. Por meio dessa perspectiva, não é se deve compreender o território como um receptáculo passivo de ações de sujeitos e agentes engendrados pela lógica da acumulação capitalista. Compreendemos, dessa maneira, uma esquizofrenia do território, segundo a qual os agentes hegemônicos moldam a consciência dos sujeitos, elucidando a importância da análise do processo histórico em torno da totalidade das relações sociais e territoriais (SANTOS, 2008, p. 39).

A forma como o território se reorganiza reflete uma divisão espaço-tempo, onde passado e presente se encontram, possibilitando uma estruturação dos lugares. Portanto, é possível relacionar a ampliação do território do capital à expansão da fronteira agropecuária, que gera uma hierarquia dos lugares e, conseqüentemente, a emergência de normatização do uso do território, um território normado que atenda às demandas e ações dos agentes hegemônicos (SANTOS, 1994).

Segundo Mello-Théry (2011), território resulta de vestígios de uma sociedade e com isso acaba por induzir novas transformações, tornando-se um espaço socialmente produzido. Esses indícios podem ser entendidos como os tipos de usos que modificam o espaço onde o território se constitui. Para Bozzano (2009, p.94), o território:

[...] É um lugar de escala variada - micro, meso, macro - onde atores - públicos, privados, cidadãos, outros - põem em movimento complexos processos de interação - complementares, contraditórios, conflituosos,

cooperativos - entre sistemas de ações e sistemas de objetos, constituídos por diversas técnicas – híbridos naturais e artificiais – e identificáveis segundo instâncias de um processo de organização territorial em eventos particulares – no tempo – espaço – e com diversos graus de inserção na relação local-meso-global. O território é sempre redefinido [...] (Traduzido pelas autoras).⁷

Para Santos (2008, p. 96):

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades da população e da herança espacial.

A definição de território para Santos e Silveira (2005, p. 247) deve ser compreendida com base na “interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, trabalho e a política”. Dessa maneira, o território é considerado palco das dinâmicas socioeconômicas que por meio de políticas públicas, diversas vezes, negligenciam povos e comunidades tradicionais, além de, induzir à apropriação e à degradação ambiental.

3. A negação ao zoneamento socioeconômico e ecológico de Rondônia e o desmatamento

Conforme observado, os dados confirmaram o aumento da pecuária em União Bandeirantes e em Rio Pardo como atividade econômica na expansão da fronteira agropecuária. O desmatamento aparece como um dos principais impactos ambientais

⁷ No original: El territorio es considerado como un lugar de variada escala – micro, meso, macro – donde actores – públicos, privados, ciudadanos – ponen en marcha procesos complejos de interacción – complementaria, contradictoria, conflictiva, cooperativa – entre sistemas de acciones y sistemas de objetos, constituidos estos por un sinnúmero de técnicas – híbridos naturales y artificiales – e identificables según instancias de un proceso de organización territorial en particulares acontecimientos – en tiempo-espacio – y con diversos grados de inserción en la relación local-meso-global [...].

constatados em função da agropecuária e da extração legal e ilegal da madeira no estado de Rondônia, corroborando a redução de serviços ambientais que se constituem em processos essenciais para a sobrevivência dos seres vivos. Alguns dos serviços ambientais que nos são fornecidos pela natureza são: a conservação dos solos, regulação da composição atmosférica, ciclagem de nutrientes, decomposição de lixo etc. (BENSUSAN, 2008).

A conservação da natureza muitas vezes é considerada algo supérfluo, mas o que deve ser analisado são os impactos dos atos praticados contra a natureza que se assemelham a um “bate e volta”. Portanto, os impactos na degradação ambiental resultam em falha dos serviços ambientais, que podem, inclusive, refletir na ampliação da exclusão social e econômica de uma parcela maior da população. Com isso, a conservação do meio ambiente é primordial para a continuidade desses serviços. E o que se pode notar é que as áreas protegidas são hoje as responsáveis por tentar manter a oferta de tais serviços preciosos.

Dessa maneira, faz-se necessário compreender e fortalecer instrumentos voltados a uma gestão territorial que, por meio de normas, busque reduzir os impactos de políticas expansionistas sobre o território. Como proposto, este artigo discute o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do estado de Rondônia e os efeitos do seu negligenciamento em favor da expansão da fronteira nas localidades de União Bandeirantes e Rio Pardo.

Para André Lima (2008) o zoneamento deve ser entendido como um instrumento da gestão ambiental e territorial, portanto, uma ferramenta no planejamento socioeconômico e ambiental estratégico, que identifica as vulnerabilidades do território, realizando um levantamento dos conflitos sociais existentes e potenciais, as alternativas de uso econômico dos recursos naturais e de ocupação do território. Ainda, segundo o autor, esse instrumento deve colaborar com o ordenamento territorial, incentivo às atividades econômicas, o manejo dos diversos ecossistemas na busca por maior rendimento econômico, além de promover maior acesso possível dos benefícios dos

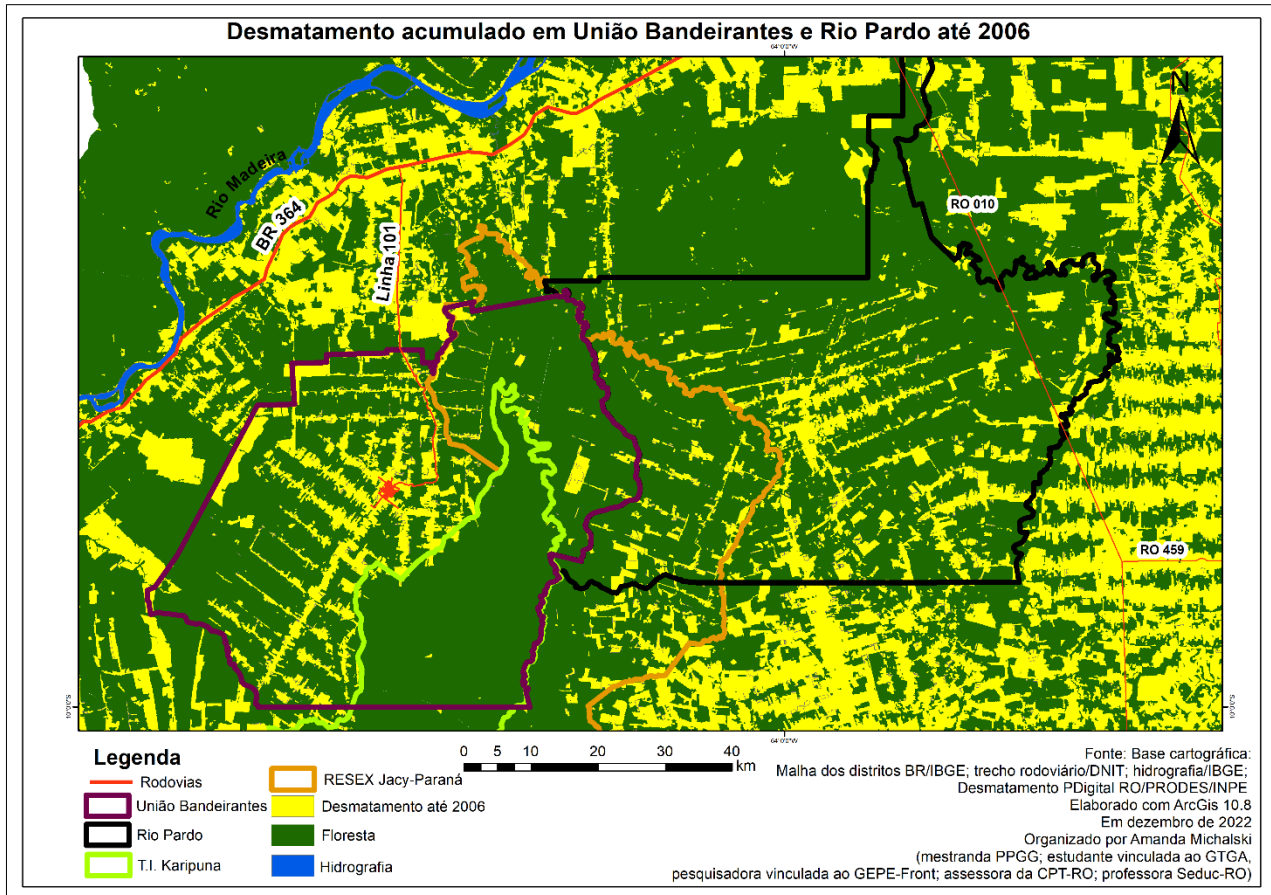
recursos naturais às pessoas. Além disso, contribui com os sistemas ecológicos primordiais à eficácia de regeneração dos ecossistemas naturais.

União Bandeirantes, antes da Lei complementar nº 308/2004, que modificou o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE) do estado de Rondônia, localizava-se na área, que segundo o ZSEE, era abrangida pela subzona 2.1, classificada como área destinada à proteção integral, portanto, não propensa às atividades agropecuárias. Isso está relacionado a sua proximidade com a TI Karipuna e Resex Jacy-Paraná, assim como com as análises geomorfológicas que indicam a fragilidade do solo para esse tipo de atividade extensiva. Como mencionado anteriormente, essa ocupação acabou por invadir a Zona de Amortecimento ou Zona Tampão, que deveria evitar a ameaça e as pressões nos limites das Unidades de Conservação (COSTA SILVA *et al.*, 2017).

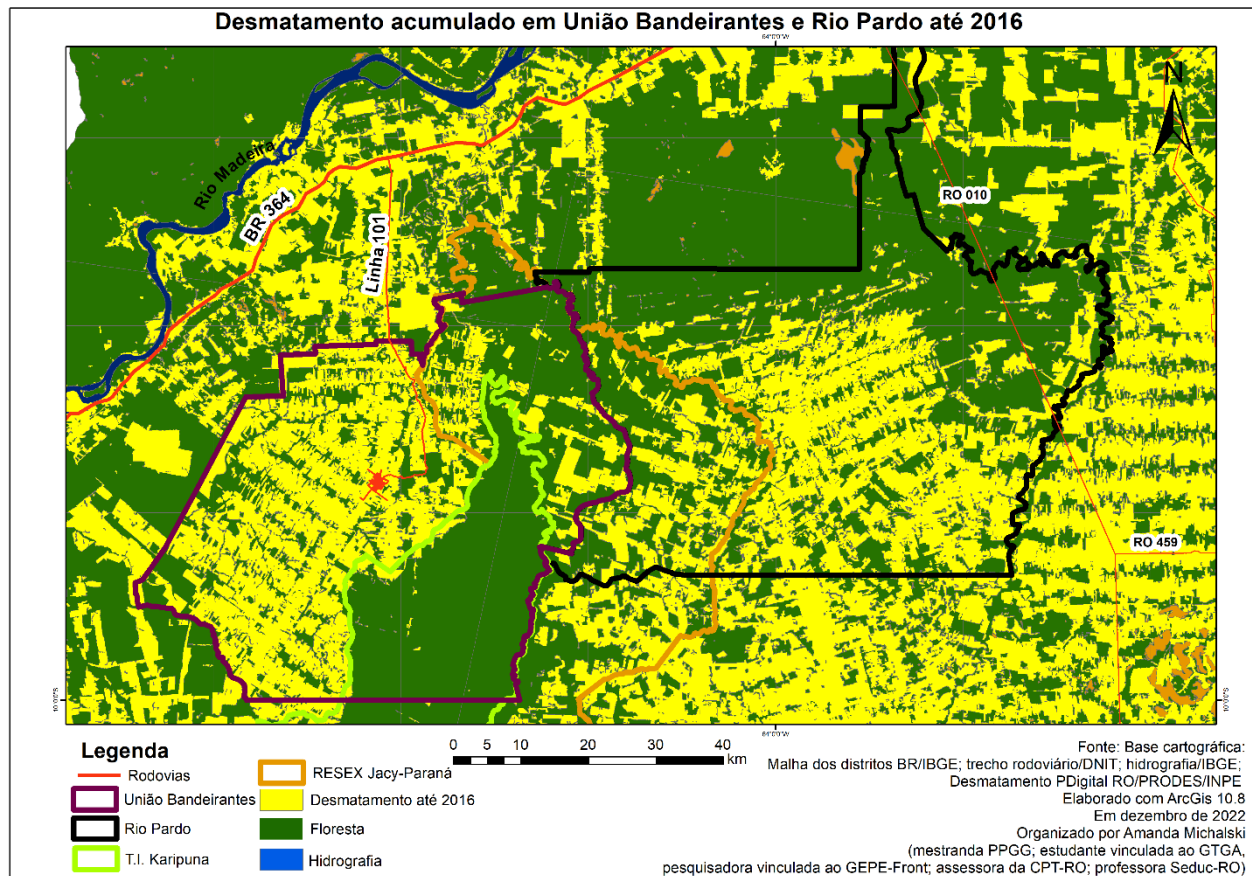
De outro lado, Rio Pardo consolidou-se por meio da negação do direito à natureza e, como consequência, efetivou-se o aumento do desmatamento e da degradação ambiental nas áreas destinadas à Flona do Bom Futuro e Resex Jacy-Paraná. O pioneirismo cravado no ser social do sujeito campesino abriu caminho para que territórios normados fossem negligenciados e mais uma vez a natureza fosse vista como empecilho ao “desenvolvimento econômico” do país.

Por meio dos mapas a seguir podem ser observados os efeitos da negação ao zoneamento que se materializou no aumento do desmatamento e, em contrapartida, conforme já analisado, na territorialização do campesinato, o sujeito da fronteira, o peão enxergado pela lógica capitalista como amansador de terras. **Os Mapas 3 e 4** apresentam os efeitos da ocupação em União Bandeirantes e Rio Pardo até o ano de 2016.

Mapa 3 – Desmatamento acumulado até o ano de 2006 – PRODES/INPE.



Organização: Michalski e Borges (2022).

Mapa 4 – Desmatamento acumulado até o ano de 2016 – PRODES/INPE.

Organização: Michalski e Borges (2022).

Os mapas expressam o processo de desmatamento efetivado em União Bandeirantes e Rio Pardo, além de apresentarem focos de desmatamento dentro da Terra Indígena Karipuna e o forte desmatamento na área da Resex Jacy-Paraná. Essas áreas “distritais” estão avançando com o desmatamento às áreas protegidas. Desse modo, quantificamos o desmatamento em União Bandeirantes e Rio Pardo com dados do PRODES, com base no acumulado do desmatamento até o ano de 2016. União Bandeirantes registra 56,87% e Rio Pardo 60,87% de área desmatada por conta da exploração madeireira legal/ilegal. Esse impacto está registrado também na Resex Jacy-Paraná, assim como nos limites antigos da FLONA do Bom Futuro.

Entre nevoeiros políticos e “falsa sensação” de progresso, a fronteira agropecuária avança sobre áreas protegidas, fortalecendo-se por meio dos mecanismos

estatais que negligenciam os modos de vida em prol do processo de acumulação capitalista. Essa acumulação usurpa territorialidades ao impor um processo de uniformidade territorial. A fronteira pode, efetivamente, levar melhoria à sociedade que estiver vinculada ao processo de sua expansão, no entanto, também representa risco a outros sujeitos e ao meio ambiental. Em função disso, o desmatamento se mantém em crescimento no estado de Rondônia, alcançando 38,83% e em Porto Velho, 29,45% até o ano de 2018.

Ao se ampliar um pouco a escala de análise relacionada ao avanço do desmatamento nas Áreas Protegidas, pode-se especializar o desmatamento em parte da região noroeste do estado de Rondônia, haja vista ser necessário demonstrar a forma distinta de movimentação da fronteira no estado. A materialização do capital agropecuário e a resistência do campesinato expressa as ações dos sujeitos e agentes que disputam o território normado e acabam por impor suas normas.

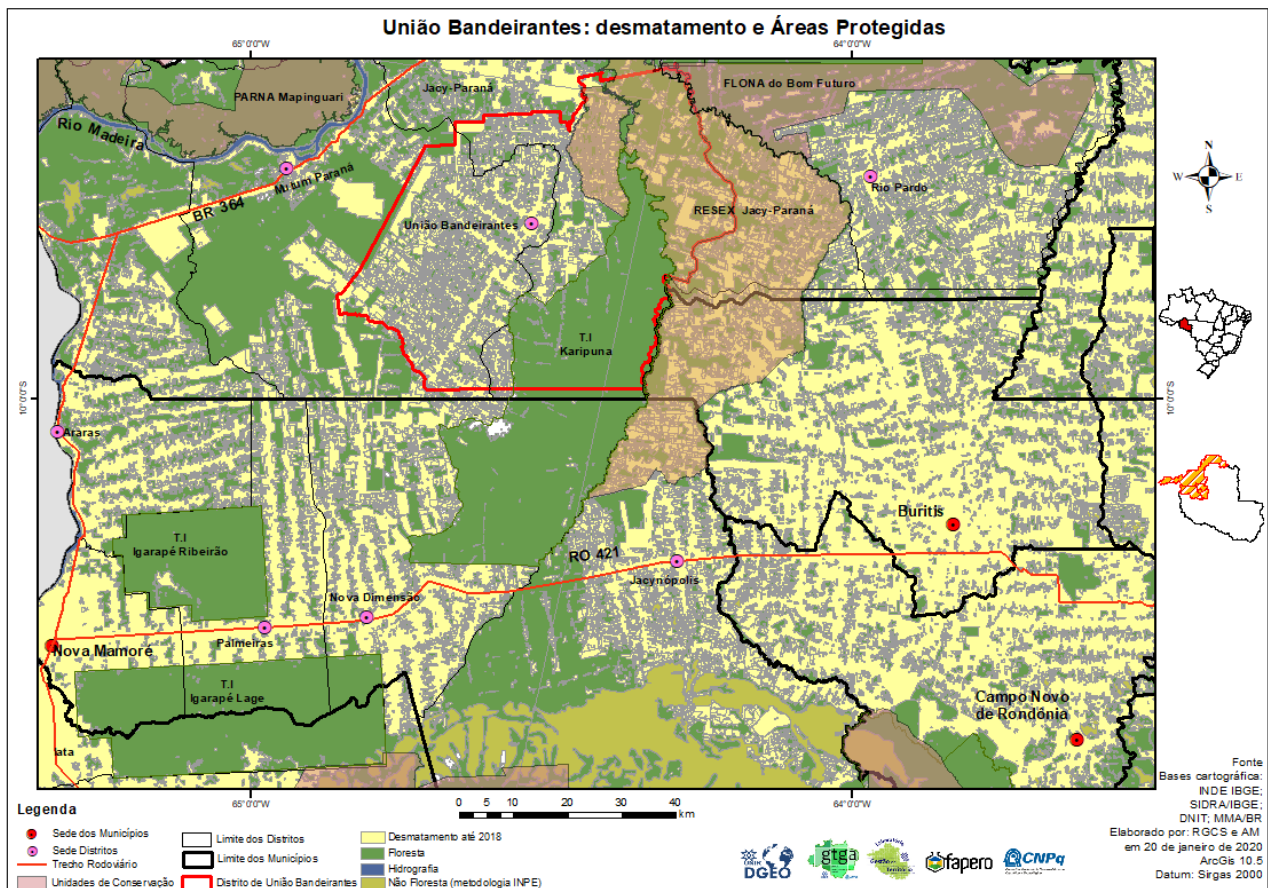
O **Mapa 5** demonstra o pressionamento dessa fronteira, a fronteira do capital, a fronteira econômica, política e social, sobre as Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

O capitalismo se beneficia da ideologia da classe dominante, usando de forma arbitrária os mecanismos que o Estado possui. Dessa maneira, manifesta uma reprodução do espaço da acumulação do capital, sendo a gestão pública responsável pelo ordenamento territorial. Essa articulação de políticas de Estado/Capital que incentivam a valorização e desvalorização de terras na Amazônia, estimulando o cultivo de monoculturas e a abertura de novas áreas destinadas à pecuária, reforça a expansão agropecuária que contribui com o aumento do desmatamento (RIVERO *et al.*, 2009). Além da subjugação do campesinato, a questão ambiental também padece do resultado dessas dialéticas no campo.

Steinberger (2013) adverte que não se pode entender o meio ambiente sem analisar o contexto histórico, que produz uma pluralidade de relações sociedade/natureza. Segundo a autora, as técnicas e práticas formam modos de uso

refletidos na apropriação do mundo material. As técnicas estão condicionadas às formas, sejam elas culturais ou sociais, que se materializam, na maioria das vezes, por visões de mundos hegemônicos que negligenciam as múltiplas escalas de uso do território.

Mapa 5 – Pressão e desmatamento em parte do noroeste de Rondônia até 2016.



Organização: Michalski e Borges (2022).

Esses diferentes pontos de vistas traduzem-se em disputas relacionadas aos diferentes modos de vida expressos por criações de espaços diferenciados. Se, por um lado, surge a necessidade de uma organização social voltada ao território manifestada por meio das normas do uso territorial, que reflete lutas sociais externadas pelas tentativas de territorialidades, por outro, observa-se a expansão da fronteira, *a priori*, que representa a demanda por terras, a exploração ilegal de madeiras e a grilagem de terras, processos comuns ao fenômeno, assim como a expansão de *commodities* – a exemplo da

pecuária – do circuito produtivo global. Assim, tem-se uma fronteira com escalas geográficas local e global, em que o território tende a concretizar essas novas normas, submetidas aos desejos do capitalismo.

Considerações finais

Rondônia materializa modificações no espaço agrário por meio de uma geografia das fronteiras, constituindo-se em fronteiras econômica, política e social que visam ampliar o processo de acumulação do capital no campo. Com base nas informações descritas e analisadas, buscou-se apresentar como esse processo se evidencia no município de Porto Velho, com destaque para os distritos de União Bandeirantes e Rio Pardo.

Os dados da pecuária confirmam que essa atividade contribui com o campesinato como forma de expressão da luta por sua manutenção na terra. Em função disso, observa-se que a pecuária é essencial para a reprodução dos camponeses e camponesas. Além disso, os dados relacionados às estratificações fundiárias mostraram que apesar da pouca área destinada a esses sujeitos, a produtividade representada por meio do crescimento do efetivo bovino é significativamente maior que dos médios e grandes proprietários de terra. Dessa maneira, expressa-se a força da produção camponesa no município de Porto Velho. Em contrapartida, revela-se também a perpetuação da concentração de terras associadas à latifundiarização do território brasileiro.

As fronteiras analisadas neste trabalho expressam ainda seus impactos ambientais e territoriais, relativos ao aumento do desmatamento congruentes às pressões e tensionamentos sobre as áreas protegidas, como no caso da Terra Indígena Karipuna e Resex Jacy-Paraná. As pressões e tensionamentos identificados ocorrem por meio da expansão da fronteira agrícola (econômica) de cunho expansionista ligada à acumulação

capitalista. Esses processos manifestam conflitos que revelam negação ao território dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

O Estado, como instituição normativa política e territorial, exterioriza por meio de suas ações sua total ligação com a agenda neoliberalista, a agenda do capital. Em função disso, articula ações que permitem a expansão da fronteira agropecuária, induzindo reorganizações territoriais e sobrepondo políticas territoriais a políticas ambientais, expressas nesta análise por invasões na reserva extrativista, na terra indígena e na Flona do Bom Futuro, com objetivo de atender demandas e imposições exógenas que negligenciam a natureza e os povos da floresta.

Dessa maneira, indicamos que os processos e elementos associados à geografia das fronteiras se fortalecem pela natureza contraditória das políticas territoriais e ambientais impostas à organização social do estado de Rondônia.

Agradecimentos

Este artigo deriva da dissertação de mestrado “Fronteira e Território Normado: União Bandeirantes, uma agrocidade da Amazônia”, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, elaborada com recursos da CAPES/CNPQ e FAPERO, sendo este um desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso vinculado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia, defendido em 2018. Ambos os trabalhos foram realizados sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva.

Referências

- BECKER, Bertha. Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica, v. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- BENSUSAN, Nurit. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que e por quê**. 2ed. São Paulo: Editora Peirópolis, São Paulo, 2008.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.
- BOZZANO, Horacio. **Territorios Posibles – procesos, lugares y actores**. Buenos Aires: Editora Lumiere, 2009.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e Geopolítica: discursos sobre o Território e o Poder**. São Paulo: Edusp, 2008.
- COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A; LIMA, L. A. P.; CONCEIÇÃO, F. S. Geografia das dinâmicas territoriais agrárias de Rondônia. In: FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini (org.). **Geografia Agrária em debate**: Das lutas históricas às práticas agroecológicas. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 143-162.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. [Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio]. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- LIMA, André. Instrumentos para a conservação da diversidade biológica: o zoneamento ecológico-econômico, as unidades de conservação, o código florestal e o sistema de recursos hídricos. In: BENSUSAN, Nurit (org.). **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, para que e por quê**. 2ed. São Paulo: Editora UnB, 2008. p. 63-80.
- LUIZÃO, Flávio J.; FEARNside, Philip M.; CERRI, Carlos E. P.; LEHMANN, Johannes. A manutenção da fertilidade do solo em sistemas de manejados na Amazônia. In:

Amazonia and Global Change Geophysical Monograph Series 186, 2009, p. 311-336.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, José de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O Capital Livro 3**, Volume VI. A conversão do lucro suplementar em renda fundiária. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1991 [1894].

MELLO, Neli Aparecida de.; THÉRY, Hervé. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **Revista Alceu**, v. 1, nº 2, pp. 181-201, 2001.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **Território e gestão ambiental na Amazônia: terras públicas e os dilemas do Estado**. São Paulo: Annablume, 2011.

MICHALSKI, Amanda. **Geografia da pecuária e do desmatamento em Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2018.

112

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIVERO, Sérgio. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Revista Nova Economia**, v. 1, nº 19, pp. 41-66, 2009.

SANTOS, César Ricardo Simoni. A dinâmica territorial brasileira e a inversão da “tese da fronteira” na porção sul do novo mundo. **Revista de Geografia Norte Grande**, nº 47, pp. 121-142, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal**. 15ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSEN, Saskia. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global**. [Tradução: Angélica Freitas]. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

SILVA, Carlos A. F. da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

STEINBERGER, Marília. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

VITACHI, José Carlos. **A (In)ação do estado: da gleba Jorge Teixeira de Oliveira ao núcleo urbano união bandeirante – Porto Velho/RO - 1999/2014**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica - PUCRS, Porto Alegre, 2015.

WAIBEL, Leo. As Zonas Pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 17, nº 4, pp. 389-417, 1955.

WANDERLEY, Luiz J. M. Repensando a noção de fronteira no contexto de reestruturação espacial da Amazônia no século XXI. **Revista Terra Livre**, v. 31, nº 46, pp. 13-48, 2018.

Amanda Michalski é mestranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia vinculado ao Departamento de Geografia e à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Pesquisadora vinculada aos Grupos de Pesquisas GTGA e GEPE-Front; Assessora da Comissão Pastoral da Terra – CPT RO; Professora da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. **E-mail:** michalski03geo@gmail.com

Luciana Riça Mourão Borges é mestra e doutora em Geografia Humana (PPGH/USP). Docente no Departamento Acadêmico de Geografia e no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (DAG-PVH/PPGG/UNIR). É líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Estado e Territórios na Fronteira Amazônica (GEPE-Front). **E-mail:** luciana.borges@unir.com

Artigo enviado em 21/10/2022 e aprovado em 08/12/2022.